

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

(Dos Srs. DR. ROSINHA e CARLOS ZARATTINI)

Requer a realização de Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Seguridade Social e Família, para discutir estudo da FVG sobre políticas de controle de tabaco.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos dos arts. 255 a 258 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e segundo a deliberação do Plenário da Comissão, a realização de reunião de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Seguridade Social e Família para discutir o estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre políticas de controle de tabaco.

Para a referida reunião propomos que sejam convidados:

Paula Johns, Diretora-Executiva da Aliança de Controle do Tabagismo (ACT - EUA);

Agenor Álvares, Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

Um(a) representante da Organização Pan-Americana da Saúde;

Um(a) representante do Instituto Nacional do Câncer (INCA).

JUSTIFICAÇÃO

A Fundação Getúlio Vargas (FGV), instada por seis entidades, realizou o *“Estudo dos Efeitos Socioeconômicos da Regulamentação, pela ANVISA, dos Assuntos de que tratam as Consultas Públicas nºs. 112 e 117, de 2010”*, onde concluiu que as medidas discutidas nestas consultas públicas representam um facilitador para o mercado ilegal de cigarros no País. Das seis entidades solicitantes do Estudo, quatro são aliadas da indústria do tabaco.

Ambas as Consultas Públicas tratam de assunto de saúde pública, com o objetivo de contribuir para a prevenção à iniciação e redução do consumo de cigarros. Entidades especializadas no tema (Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS; Johns Hopkins Bloomberg School of Public Health – EUA; Campaign for Tobacco Free Kids – EUA e Aliança de Controle do Tabagismo – ACT Brasil), fizeram a análise deste estudo da FVG e sustentam que “as conclusões do relatório elaborado pela FVG são baseadas em meras hipóteses e sem a apresentação dos métodos e materiais utilizados”.

Dada a importância das medidas previstas nas referidas consultas públicas e a conclusão deste estudo, consideramos importante a realização de audiência pública conjunta para esclarecer os argumentos apresentados no relatório da FVG e fortalecer as ações para o controle do tabagismo no País.

A data pretendida seria na primeira quinzena de setembro (dias 13 a 15), aproveitando a presença em Brasília de representantes das entidades internacionais convidadas, o que livraria a Casa do ônus de passagens e estadia. Além de antecipar a contribuição desta Casa para a próxima fase das

Consultas Públicas nº 112 e nº 117, realizadas pela ANVISA, que são objeto do tema vertido nos estudos em apreciação.

A fim de subsidiar um debate profícuo que expresse a complexidade do tema, solicitamos aos nobres pares a aprovação do presente requerimento de audiência pública.

Sala da Comissão, 29 de agosto de 2011.

Deputado **DR. ROSINHA**

Deputado **CARLOS ZARATTINI**